

Narrativas

Presidente do MDB e coordenador da campanha à reeleição de Ricardo Nunes (MDB), Balcia Rossi (SP) contesta a imagem de frente ampla com a qual Guilherme Boulos (PSOL) e Marta Suplicy (retornando ao PT) têm tentado embalar a chapa que estão montando para disputar a eleição para a Prefeitura de São Paulo neste ano. "É uma frente restrita à esquerda, que nos três partidos, PT, PDT e PSOL. É uma frente que de ampla não tem absolutamente nada", afirma o deputado federal.

EXECUÇÃO Na eleição de 2022, a ideia de frente ampla surgiu como uma forma de atrair apoio para Lula (PT) de pessoas historicamente refratárias a ele, com o argumento de que se tratava de disputa de democracia contra o autoritarismo, que estaria representado em Jair Bolsonaro (PL).

ARCO Balcia diz que Nunes nunca promoveu qualquer ato antidemocrático em sua gestão e que a construção, de fato, uma aliança abrangente na capital, com partidos de posicionamento político variados, como Solidariedade, Avante, PL, PSD, PP, PSDB e Cidadania.

DE GRAÇA Secretário de Assistência Social da gestão Nunes, Carlos Bezerra afirma que o padre João Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua, não recebeu recursos de sua pasta. Diante disso, ele diz não ver "qualquer motivação que justifique uma crítica" do pároco na Câmara Municipal de São Paulo.

AUDA Como revelou o PAINEL, o vereador Rubinho Nunes (União) tem articulado para favorecer a instalação de uma CPI na qual o padre seria o principal alvo. "Ele visita os espaços da secretaria, nos conta quando alguém quer acolhimento ou passagem para voltar à sua cidade de origem", completa Bezerra.

DÁ PLAY O deputado federal Kim Katagiri (União-SP) lança nesta terça-feira (16) o vídeo de sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo, com críticas à gestão de Nunes e falas direcionadas à periferia, público-alvo de Guilherme Boulos.

VIVÊNCIA "Como paulista, já fui que preso no trânsito, já fui assaltado no centro, fiquei sem fazer por culpa do prefeito", afirma Katagiri na gravação.

APOIO Em comunicado, o Grupo de Puebla, que reúne líderes latino-americanos de esquerda, deu respaldo às medidas lida-dura anunciadas pelo presidente direitista do Equador, Daniel Noboa, contra a onda de violência no país.

MEMBROS Entre os brasileiros que fazem parte da entidade estão o presidente do INDEES, Alcirio Mercadante, o assessor internacional da Presidência, Cebo Amorim, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, a ex-presidente Dilma Rousseff e o próprio presidente Lula.

Com Guilherme Seto e Danielle Brand

GRUPO FOLHA

FOLHA DE SPALLO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseu | 01202-900 | (11) 3224-3222
Circulação: circula@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assinamento ao assinante: (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha: assin@folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL Digital Ilimitado Digital Premium
PLANO MENSAL R\$ 29,90 R\$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA Venda avulsa
seg. a sáb. dom. Tótilos em dia
R\$ 8,90 R\$ 9,90 R\$ 1,794,90
R\$ 8,90 R\$ 11,90 R\$ 1,794,90
R\$ 11,90 R\$ 15,90 R\$ 1,794,90
R\$ 15,90 R\$ 19,90 R\$ 2,315,90
Outros estados
O valor por entrega é de R\$ 0,50. Cargos e taxas: 5,4%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (em mil)

795.805 exemplares (novembro de 2023)

Emendoduto sob Lula
beira auge de Bolsonaro
com impacto na eleição

Codevasf fez licitações de mais de R\$ 5 bilhões em um ano para distribuir obras e produtos a redutos de congressistas via emendas

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O governo Lula (PT) manteve o uso da estatal Codevasf como um emendoduto para que deputados e senadores despesem em seus redutos políticos milhares de metros de asfalto, caminhões, máquinas pesadas, tratores e equipamentos neste ano de eleições municipais.

A manobra de envio de recursos de emendas parlamentares à estatal foi usada em larga escala no governo Jair Bolsonaro (PL), e, em 2024, poderá favorecer candidatos aliados de congressistas e desequilibrar as disputas locais.

Levantamento da Folha mostra que no primeiro ano de Lula a Codevasf fez licitações para obras e produtos no valor de mais de R\$ 5 bilhões, perto do de 2023, último ano pré-eleitoral sob Bolsonaro.

Mais de um terço (R\$ 1,9 bilhão) do valor das concorrências com resultados já publicados em 2023 foram para obras de pavimentação e recapeamento, serviços que não estão na vocação histórica da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), que promove projetos de irrigação e segurança hídrica no semiárido brasileiro.

As licitações são o primeiro passo do emendoduto, pois validam formalmente a aquisição dos serviços e produtos pela Codevasf. Em seguida, já sabedores do que a estatal pode oferecer, parlamentares escolhem as obras e produtos que serão financiados com suas emendas.

Para facilitar a destinação dos recursos, a Codevasf criou um catálogo que parece um impresso comercial de empresas privadas e recondicionou. Nessa espécie de loja para políticos, a etapa seguinte para os congressistas é enviar os pedidos para os escritórios de Trabalho da Codevasf indicando os valores das emendas que irão à estatal, quais serviços e produtos serão financiados e quais prefeituras ou entidades serão beneficiadas.

Apartir daí, a empresa coloca os recursos públicos e seu pessoal para executar as orientações dos políticos, baseadas em critérios de "tomada de decisão" e não em estudos técnicos de necessidades locais ou programas de governo.

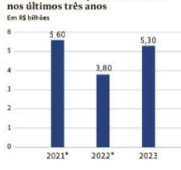
A Codevasf foi entregue por Bolsonaro a partidos do centro em troca de apoio político, e no governo dele a estatal cresceu em contratos e expandiu o foco e área de atuação — tudo sem planejamento e com controle precário de gastos. A estatal se transformou num dos principais instrumentos para escorrer emendas. O modelo se repete na gestão Lula.

Na transição entre governos, no fim de 2023, setores do PT e aliados defenderam que a estatal voltasse a priorizar suas funções originais. O então coordenador dos grupos técnicos da transição de governo, Aloizio Mercadante (PT), chegou a dizer que "não pode pulverizar em asfalto quando não tem defesa civil. Não pode jogar recurso em pequenas obras, quando não tem Operação Carro-Pipa ou oferta de água, abastecimento de grandes cidades. Mais uma vez estamos vendo total colapso orçamentário, desestruturação de políticas públicas".

Mas, na prática, o balanço das licitações sob Lula indica que a empresa segue a trilha deixada por Bolsonaro. O

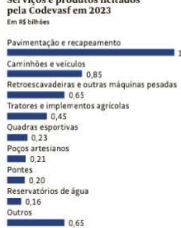
Licitações da estatal Codevasf
no primeiro ano do governo Lula

Valores das licitações da Codevasf nos últimos três anos

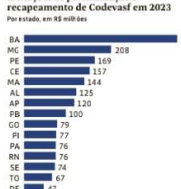


* Valores corrigidos pelo IPCA

Serviços e produtos licitados pela Codevasf em 2023



Licitações de pavimentação e recapeamento de Codevasf em 2023



Fonte: Sites da Codevasf e do Portal de Compras do Governo Federal

Atual governo inclusive manteve o presidente da estatal nomeado na gestão anterior por indicação do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil-BA), aliado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A Folha analisou informações publicadas em sites oficiais de cerca de 570 licitações lançadas em 2023 pela estatal. Elas mostram que a soma dos valores das concorrências da Codevasf já com vencedores vai a cerca de R\$ 5,3 bilhões.

A quantia supera, em valores absolutos, os montantes das concorrências da Codevasf sob Bolsonaro — de 2021, que foi de cerca de R\$ 5,3 bilhões, e de 2022, que foi de R\$ 3,7 bilhões. Mas a correção monetária pelo IPCA coloca 2021 à frente no ranking da estatal, com R\$ 5,6 bilhões.

No atual governo e no anterior os números foram parados pelas obras de pavimentação e recapeamento.

Sob Lula, os maiores valores das licitações foram nos estados da Bahia (R\$ 366 milhões), Minas Gerais (R\$ 208 milhões), Pernambuco (R\$ 169 milhões),

Ceará (R\$ 157 milhões), Maranhão (R\$ 144 milhões), Alagoas (R\$ 135 milhões) e Amapá (R\$ 125 milhões).

A maioria dessas concorrências foram para assinatura de contratos "guarda-chuva", nos quais a empresa vencedora se compromete a fechar preço por metro quadrado sem saber onde e em que condições a obra deverá ser feita, o que abre brechas para distorções nas cotações e irregularidades na execução dos serviços.

Chamado de sistema ou ata de registro de preços, esse mecanismo em que as obras podem ser orçadas como se fossem um serviço de colocação de piso em uma casa é alvo de críticas e investigações de integrantes do TCU (Tribunal de Contas da União), da CGU (Controladoria-Geral da União) e da Polícia Federal.

Além de pavimentação e recapeamento, a lista das obras e produtos licitados em 2023 ainda traz compras de caminhões e veículos (R\$ 850 milhões), retrocavadeiras e outras máquinas pesadas (R\$ 650 milhões), tratores e implementos agrícolas (R\$ 450 milhões) e reservatórios de água (R\$ 160 milhões).

A estatal fez concorrências para construir quadras esportivas (R\$ 230 milhões), poços artesianos (R\$ 210 milhões) e pontes (R\$ 200 milhões).

Governo refuta emendoduto e estatal diz ser transparente

OUTRO LADO

Procurando pela Folha, o Palácio do Planalto afirmou que "a Codevasf não paga apenas emendas, portanto, não é possível caracterizá-la como 'emendoduto'. Mais de 65% do recurso disponível para licitação a ser executado na Codevasf em 2023 é referente a despesas do governo federal. No total, estão incluídos o orçamento de 2023 mais os restos a pagar (RAP), que são referentes a anos anteriores". Segundo o governo, "dos cerca de 45% restante, metade é destinada ao pagamento de emendas de execução impositivas que têm previsão constitucional, portanto, a execução é obrigatória. A outra metade são emendas não impositivas, mas previstas pelo Congresso Nacional no orçamento".

Essas despesas não são criadas pelo Executivo e, pela lei, ele não pode alterar a programação orçamentária, que só pode mudar com a aprovação de projeto de lei pelo Congresso, de acordo com o Planalto. "Considerando o orçamento primário, o recurso foi executado de acordo com a programação feita pelo Congresso", completou.

A Codevasf disse que suas ações estão alinhadas à missão de promover desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável e suas linhas de negócio são: segurança hídrica, agricultura irrigada, economia sustentável, estruturação de cidades e planejamento regional e inovação.

Segundo a estatal, o orçamento "é executado de modo transparente, com procedimentos que asseguram economia e eficiência" e as contratações são realizadas segundo recomendações de órgãos de fiscalização e controle.

Considerando o orçamento, as regras fiscais, o limite de gasto, a meta de resultado primário, o recurso foi executado de acordo com a programação feita pelo Congresso

Codevasf em nota respondendo sobre as emendas encaminhadas